

ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JAILSON LIMA - Parabeniza o juiz da Vara da Fazenda por decisão tomada a respeito de denúncia acerca de *software* adquirido pela secretaria de estado da Educação.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do presidente do PSD Jovem, de Guaramirim, o Ezequiel, e do secretário Aldair.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Aborda tema a respeito do Fórum do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença do reverendo Roberto Tribess.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se ao Dia da síndrome de Down e à segurança pública.

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Manifesta-se a respeito da aprovação da autorização da Assembleia Legislativa ao governo do estado para proceder a empréstimo da Caixa Econômica Federal.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Homenageia os 90 anos do PCdoB.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca o Projeto de Lei n. 0105/2012.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Defende o ensino a distância.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Registra recursos para os CTGs.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença no plenário da vereadora Nilza, de Itapema, e do jornalista Lúcio Mauro, diretor da Rádio Clube de Joinville.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute a PEC n. 0001, que dá aos prefeitos a possibilidade de firmar convênio com os bombeiros voluntários, visando à fiscalização de obras.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Faz uma reverência à ministra Ideli Salvatti.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

Ordem do dia

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012.

DEPUTADO DADO CHEREM (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Encaminha votação ao Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

Antes, porém, solicito à deputada Ana Paula Lima que assuma a condução dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, companheira Ana Paula Lima, presidente do nosso partido, que neste momento passa a presidir esta sessão, eu gostaria de convidar todos para participarem da sessão especial que se realizará amanhã, neste plenário, com o objetivo de conceder o título de cidadão catarinense ao Morongo, que é médico assim e também proprietário da Mormaii. A sessão será abrilhantada com músicas tocadas ao piano pelo Morongo e seu filho.

Teremos aqui numa inovação um *stand up* de 20 minutos contando o histórico da *Mormaii*. E lá fora teremos uns painéis mostrando o histórico do que isso representa, inclusive, para a economia catarinense e mundial.

Então, será um imenso prazer para todos nós. Conheci o Morongo quando éramos estudantes em Garopaba, ele tinha um *buggy* e uma prancha de surfe e, à época, atendia aos pescadores e muitas vezes recebia como pagamento os pescados, tendo uma missão, naquele momento, de caráter de saúde pública, como médico de família em Garopaba. Hoje, é um dos maiores empresários do Brasil, com certeza o maior empresário do setor de esportes do Brasil, patrocinando vários esportistas.

Então, amanhã teremos uma sessão que para mim será extremamente gratificante, porque conheci o Morongo através de um tio que era farmacêutico e trabalhava na cidade de Garopaba, chamado Dilmar Lima - que tinha a letra tão ruim quanto a minha - e que faleceu num acidente de trânsito um ano após eu ter conhecido o Morongo.

Sr. presidente, desta tribuna fizemos uma denúncia acerca de um *software* adquirido pela secretaria de estado da Educação, em fevereiro, antes da saída do ex-secretário. Através de uma licitação dirigida, proibiu-se que uma pequena empresa de Alfredo Wagner participasse da disputa, proibiu-se, inclusive, que outras empresas participassem. O processo foi extremamente direcionado. Essa empresa de Alfredo Wagner, por exemplo, participou de um certame licitatório em São Paulo e foi a vencedora, tendo disputado contra essa empresa que recebeu os recursos para atender à secretaria da Educação.

A partir do conhecimento desses fatos, demos entrada em uma ação popular, e aproveitei a ocasião para parabenizar o meu advogado, dr. Jean Vaz, da cidade de Rio do Sul, pois foi excelente a forma como redigiu a petição.

Neste momento, quero cumprimentar também o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, dr. Luiz Antônio Fornerolli, que ontem, provavelmente tão indignado quanto todos nós, após a veiculação de matéria no programa *Fantástico* no último domingo, dando conta da corrupção nas compras da Saúde e da Educação, um verdadeiro assalto aos cofres públicos, concedeu uma liminar suspendendo o contrato da secretaria da Educação com a empresa Guerra, de Curitiba, e indisponibilizou os bens, até o valor de R\$ 1.105.000,00, do ex-secretário Marco Tebaldi, do diretor de Tecnologia e Inovação, Raul Bergson - esse é o picareta maior, que controlava e encaminhava as licitações na SEE -, e da empresa Guerra. Determinou ainda o dr. Fornerolli o bloqueio das contas bancárias e notificou o Detran, o Cartório de Registro de Imóveis, a Capitania dos Portos e a Junta Comercial.

Esse juiz, srs. deputados, tomou uma posição proba do ponto de vista da necessidade, deputado Elizeu Mattos, da transparência dos órgãos públicos. Ontem, por volta das 18h, recebi a informação de que já foi realizado, inclusive, um bloqueio numa conta bancária no valor de R\$ 1.105.000,00, referente ao valor do contrato dessa licitação, mas não sei na conta de quem ocorreu o bloqueio!

Afirmamos, ao fazer a denúncia, que havia uma gordura de pelo menos R\$ 750 mil! e que em menos de três dias fora feito o empenho, a entrega da nota fiscal e o pagamento! E não sei se a tal empresa já entregou o produto! Mas isso não é tudo, sr. presidente. A partir do momento em que o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública tomou essa posição, resolvemos vasculhar o resto das compras realizadas no final de fevereiro pela secretaria de estado da Educação. E vou provar, deputada Ana Paula Lima, que há mais de R\$ 10 milhões de gordura nas licitações levadas a cabo naquele mês.

Estamos levantando todos os dados e a partir da semana que vem começaremos a encaminhar os pedidos de informação à secretaria da Educação, porque desviar recursos da Saúde e da Educação é excluir a possibilidade de todos terem acesso à cidadania, é deixar de atender aos doentes nos hospitais.

Vou pedir explicações, deputado Elizeu Mattos, sobre o que levantei dos quase R\$ 8 milhões comprados em livros sobre *bullying* para distribuir nas escolas do nosso estado. Foram comprados pela secretaria da Educação!

Então, pergunto: e o resto do governo não avalia isso? Se formos verificar o que já foi pago para a empresa que coordena ou que foi contratada para fazer a gestão do plano de saúde para os servidores, já passa de R\$ 10 milhões! E ainda não foi gasto esse valor para pagar em prestação de serviço médico para o servidor do estado neste mesmo plano de saúde. Este é outro grande contraste! Portanto, estou dizendo que após essa manifestação do dr. Fornerolli, vamos continuar avaliando todos os contratos.

Ao mesmo tempo, deputada Ana Paula Lima e srs. deputados, quero parabenizar o coordenador do Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado, Márcio não sei das quantas, pois depois de seis meses que enviei o pedido de informação e depois que fui lá na Eliane Calmon, hoje, ele resolveu mandar a resposta. Até quero convidá-lo para dia 16 de maio participar de um seminário sobre transparência pública nesta Casa.

Recebi um envelope. E sei que ele deveria estar com muitas atividades e com dificuldades para mandar essas respostas, portanto, está perdoado. Mas vou ler todas as informações com atenção, e já quero dizer que numa leitura rápida e inicial há dados que questiono, e não li tudo. Mas ele me enviou umas cem páginas de respostas. E acho que levou seis meses para responder porque foram cem páginas; muitas eram fotocópias, e isso também demora para fazer. Mas vamos analisar tudo com muita atenção.

Quero parabenizar o dr. Márcio pela sua boa vontade em responder a esta Assembleia Legislativa, porque os deputados aqui são figuras insignificantes diante do ministério, mas vamos continuar trabalhando para desvendar os mistérios das licitações deste estado, principalmente as questões que acontecem nesses órgãos que não querem ser fiscalizados pelo povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, pedi a palavra somente para registrar a presença de dois jovens do nosso partido, o presidente do PSD Jovem, de Guaramirim, o Ezequiel, e o Aldair, que é o secretário. Eles

estão visitando os gabinetes dos srs. deputados na tarde de hoje. Queremos dizer que estão fazendo um ótimo trabalho naquele município.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aproveito a tarde de hoje para trazer uma temática já abordada em outros momentos neste Parlamento e dizer que ao mesmo tempo muitas atividades foram desenvolvidas a partir da sua institucionalização, que foi o Fórum Permanente do Aquífero Guarani, que por vezes tem sofrido algumas alterações. O fórum se propõe a debater, a discutir a bacia do rio Uruguai, o Aquífero Guarani. E agora surge com uma nova nomenclatura, sendo chamado de Fórum do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais.

Amanhã, no contexto mundial, traremos o Dia Mundial da Água, e parece-me extremamente oportuno o debate, a discussão sobre a temática que envolve a questão da água, diante de toda sua dimensão, sua relação com a questão ambiental, o que não poderia deixar de mencionar.

Portanto, no Dia Mundial da Água, 22 de março, estaremos mais uma vez, através da Assembleia Legislativa do nosso estado, dando início, ou continuidade, retomando, o debate sobre o Aquífero Guarani.

Eu me lembro que em 2004 esta Casa criou pela primeira vez o Fórum Parlamentar. Na oportunidade tive o privilégio de fazer parte do fórum, e depois, a partir de 2005, estive na coordenação do mesmo, presidindo-o por alguns anos, quando conjuntamente com vários parlamentares e segmentos da sociedade estivemos levando o debate, a discussão para todo o interior do nosso estado de Santa Catarina. Tivemos o privilégio de fazer este debate ao longo de toda bacia do rio Uruguai. Foram mais de 20 seminários que realizamos através do fórum, onde diretamente participaram mais de 20 mil pessoas nesses diferentes seminários. Foram

criados momentos intensivos de discussão, de debate, e saíram várias proposições, claro, juntamente com os nossos cidadãos e cidadãs, criando sempre uma consciência nova, diferente, em torno das questões ambientais, do cuidado com a questão da água e com o meio ambiente, quer dizer, o cuidado e a relação que temos que ter com o próprio Aquífero Guarani, pois essa grande e importante reserva subterrânea de água, em torno de 47% da água do Aquífero Guarani, está em solo catarinense.

Portanto, o nosso estado é que detém a maior quantidade dessa reserva. E para tanto, em termos de responsabilidade podemos dizer que temos a mesma dos estados que compõem o Aquífero Guarani, bem como de Santa Catarina, ou dos três países da América Latina que também fazem parte, que compreendem e compõem a extensão do Aquífero Guarani.

Nós vamos retomar esse tema. Amanhã, às 10h, aqui na sala de imprensa estaremos mais uma vez retomando esse trabalho. E junto com esse retomar, queremos proporcionar, mais uma vez, grandes discussões junto à sociedade catarinense, passando pelas nossas escolas, instituições educacionais, organizações, movimentos com as lideranças, agentes políticos de todos os diferentes municípios, sejam eles parte do Executivo, do Legislativo, enfim, um debate que interessa a toda sociedade.

Investimos grandes recursos para podermos ter à disposição um líquido fundamental que é a gasolina, o petróleo. E deveríamos cuidar muito mais desse precioso líquido, a água, porque sem ele acaba a própria vida sobre a terra e o meio ambiente. Todos nós precisamos dele; por isso, existe um desafio nosso mais acentuado.

Então, para tanto, convido o Parlamento catarinense para que possamos, além de estarmos envolvidos nesse processo, participarmos ativamente em nossas regiões para contribuir e ajudar nesse importante debate que estaremos construindo a partir da institucionalização do

Fórum Permanente do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais.

Também, quando se trata das águas superficiais, penso que para a grande região do oeste do nosso estado de Santa Catarina vem sempre uma preocupação maior, porque os estudos indicam que em médio prazo poderemos ter consequências drásticas com relação ao desaparecimento da água superficial.

Percebemos ao longo desses últimos anos como a água diminuiu. Muitas fontes e nascentes foram secando e em poucas vezes de estiagem percebemos o agravamento com maior intensidade. Isso nos remete a uma discussão e junto com ela algumas ações concretas e práticas para que possamos, de uma forma ou de outra, se não estancar, amenizar essa situação que é vivida na nossa região do oeste.

Isso nos leva a entender também que a acentuada perfuração de poços rasos é que está comprometendo a própria água superficial. Temos que de repente inverter um pouquinho a lógica, ou seja, primeiramente, cuidar daquilo que está visto aos olhos, a água superficial. Se lhe dermos um trato, se tivermos cuidado com ela, com certeza estaremos buscando certo equilíbrio e quem sabe até possamos mantê-la.

Agora, não basta somente manter a água, é preciso ter cuidado para que seja saudável para todos que dela dependem.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, apenas para registrar, com muita satisfação, a presença, nesta Casa, do colega reverendo Roberto Tribess que lidera a comunidade Comunhão Cristã, na cidade de Blumenau. É uma satisfação recebê-lo nesta Casa, na tarde de hoje.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Seja bem-vindo a este Parlamento que é a Casa do Povo e, queira ou não, um pouco ocupada por ele.

A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas Angela Albino e Dirce Heiderscheidt, srs. parlamentares, também cumprimento o reverendo Roberto Tribess que se faz presente nesta Casa, como já mencionou o deputado Ismael dos Santos.

O que me traz à tribuna na tarde de hoje é para falar, deputado José Milton Scheffer, e v.exa. também vai falar sobre este assunto, e participou na manhã de hoje no plenarinho da Assembleia Legislativa, sobre o Dia da Síndrome de Down.

(Passa a ler.)

"Srs. parlamentares, público catarinense que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, no dia 21 de março a Organização das Nações Unidas, acatando uma proposição do nosso país, do Brasil, através da resolução assinada por 78 países, definiu o dia 21 de março como o Dia da Síndrome de Down.

O dia 21 de março tem como meta disseminar informações sobre a síndrome de Down, rompendo com mitos e preconceitos, preconizando uma educação inclusiva, participação política e uma vida independente. Assim, podemos inferir que todos somos diferentes, mas todos somos seres humanos. Portanto, eficientes, independentemente da nossa deficiência."

Este debate foi feito hoje pela manhã nesta Assembleia Legislativa, sob a coordenação do deputado José Nei Ascari, que é o presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, instituída este ano.

(Continua lendo.)

"O dia 21 de março é também o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Naquele dia 21 de março de 1960, há 52 anos, na cidade de Joanesburgo,

capital da África do Sul, 20 mil negros protestavam contra a lei do passe que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde podiam circular.

No bairro de Shaperville, os manifestantes se depararam com tropas do exército. E mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou na multidão, matando 69 pessoas e ferindo outras 186. Essa ação ficou conhecida como o Massacre de Shaperville. Em memória à tragédia, a Organização das Nações Unidas instituiu o dia 21 de março como o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial."

Então, no dia 21 de março se comemora o Dia da Síndrome de Down e também o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

Quero falar também sobre um tema importantíssimo, srs. parlamentares, e volto a esse tema porque é muito debatido nesta Casa, e a nossa população nos tem cobrado bastante, e que é uma das funções do parlamentar, que é zelar pela segurança pública, que é uma das preocupações, sras. deputadas, da população de Santa Catarina.

(Continua lendo.)

"Acompanhamos diariamente as notícias do aumento da criminalidade em todas as regiões do nosso estado. São casos de homicídios, furtos, assaltos à mão armada, explosão de caixas eletrônicos - parece-me que isso está acontecendo uma ou duas vezes por semana -, violência contra as mulheres, um dos temas debatidos hoje de manhã, deputada Dirce Heiderscheidt, na reunião da bancada feminina, exploração sexual infanto-juvenil e o aumento do tráfico de drogas.

Repito o que afirmei recentemente: o aumento da violência e do sentimento de insegurança da nossa população está intrinsecamente ligado à diminuição e à falta de investimentos em segurança por parte do governo do estado de Santa Catarina."

Vejo aqui presentes e dou boas-vindas aos funcionários IGP que também trabalham de uma forma precária no estado de Santa Catarina. Tenho acompanhado principalmente na cidade de Blumenau o

que esses honrosos funcionários têm feito para dar atendimento à nossa população.

(Continua lendo.)

"Precisamos de uma vez por todas, srs. parlamentares e sras. parlamentares, de urgência na mudança da postura do governo do estado para as políticas da segurança pública. Falo com o sentimento da população de Blumenau que traz o sentimento de homens e mulheres do nosso estado.

Em Blumenau, vivemos com um número reduzido de policiais militares, de policiais civis, que fazem um bom trabalho, mas é um trabalho ainda precário, pelo déficit de homens e mulheres para atender à demanda da nossa população. Vivemos ainda com a decadência dos instrumentos de trabalho que se fazem necessários a esses profissionais que atuam na área da segurança pública, como câmeras de segurança, viaturas, combustível e armamentos.

Em Blumenau, somos carentes da implementação de políticas sociais preventivas que atendam, especialmente, à nossa juventude. Recentemente, num terminal de ônibus na cidade, um adolescente foi baleado, assustando toda a comunidade. Por isso fazemos esse apelo ao secretário da Segurança Pública e ao governador do estado de Santa Catarina, que preconizava que as pessoas estariam em primeiro lugar.

Por isso, além de garantir a presença física da Polícia, é preciso levar o estado às comunidades. Levar o estado significa levar urbanização, creche, posto de saúde, escolas, espaços de cultura, lazer e formação para o trabalho.

Infelizmente, em Blumenau, somos vítimas dessa omissão; não se oferece nem policiamento e muito menos políticas sociais eficientes à nossa gente. Trago, como exemplo, as comunidades formadas recentemente no programa Minha Casa, Minha Vida - que deu 1.824 residências, apartamentos -, que hoje estão nas páginas policiais como locais de violência e tráfico.

É lógico que as famílias que vivem lá e conquistaram o sonho da casa própria são pessoas

de bem. Ninguém aqui está condenando essas pessoas.

O sociólogo Antônio Rangel Bandeira, da ONG Viva Rio, em excelente entrevista a um jornal de circulação principalmente na região do médio vale do Itajaí, diz o seguinte:

'O poder público de modo geral não oferece uma estrutura suficiente de psicólogos, assistentes sociais e agentes especializados para dar suporte à readaptação dessas famílias. É preciso ouvir as necessidades das comunidades envolvidas e mediar as diferenças para evitar os conflitos futuros. Porque se juntar diferentes comunidades, com bons e maus agentes, num único espaço, sem a devida assistência, é provável que prevaleçam os maus.'

É exatamente isso que está acontecendo e cobramos insistentemente da prefeitura de Blumenau. E já a estamos alertando há um bom tempo.

O governo federal construiu os condomínios e cabe à administração pública a garantia da assistência permanente a essas famílias. Além dos equipamentos públicos necessários como creches, escolas, postos de saúde e áreas de lazer. Essa sintonia se faz necessária entre segurança e políticas sociais, das quais estamos carentes. E o estado de Santa Catarina possui uma imensa dívida histórica que precisa começar a ser paga.

Precisamos de mais investimentos humanos, materiais e políticas públicas. É disso que a nossa gente precisa. E quero fazer uma reivindicação ao secretário da Segurança Pública: de uma vez por todas, escutem os nossos anseios, que são os anseios da nossa gente, do povo de Santa Catarina, na área da segurança pública."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - De acordo com a anuência dos srs. Líderes e por proposição do deputado José Milton Scheffer, hoje, pela manhã, tivemos o ato comemorativo ao Dia Estadual da Síndrome de Down. Nós, como médicos, nesta Casa, sentimo-nos lisonjeados e vamos

suspender a sessão por dez minutos para passar a palavra ao deputado proponente.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, no final do meu pronunciamento de ontem fiz um breve comentário sobre a aprovação da autorização da Assembleia Legislativa ao governo do estado em proceder empréstimo da Caixa Econômica Federal na ordem de R\$ 400 milhões, para fazer alguns investimentos na área de saneamento em Santa Catarina. Acredito ainda que esses recursos estão muito aquém do que a Casan e principalmente a população catarinense precisam, até porque alguns municípios vão ser contemplados. Trata-se de um passo à frente, até porque Santa Catarina é reconhecida pela sua economia diversificada, pela sua beleza natural, pelas suas tradições culturais e pelo seu potencial econômico, deputado Kennedy Nunes, pelas praias.

Muitas vezes falamos da questão ambiental, deputado Darci de Matos. Não se pode fazer isso, não se pode fazer aquilo, não se pode construir, não se pode fazer qualquer corte de árvores. Enfim, tudo é válido desde que haja o bom senso. Mas, lamentavelmente, no âmbito nacional, Santa Catarina é um dos piores estados em termos de saneamento básico. E o que é necessário dizer neste momento? Há muita poluição acontecendo em nossas praias, rios, riachos, córregos, baías, mangues. Há ainda muita contaminação por causa do esgoto doméstico. Embora haja muito fossa séptica, essa situação está muito longe de ser comparada a uma rede coletora, com uma estação de tratamento de esgoto.

Por isso, ao falar de meio ambiente e de qualidade de vida, não podemos esquecer que uma

das obras mais importantes é o saneamento básico. Assim, precisamos de água tratada, de esgotamento sanitário, de um tratamento de esgoto adequado e eficiente para minimizar esse impacto no meio ambiente e principalmente nas praias, no litoral.

Temos acompanhado todos os anos a aferição da Fatma no que diz respeito à balneabilidade das praias, que muitas vezes estão com a bandeira vermelha, não se permitindo o banho por conta da contaminação.

Então, esse projeto, como disse, está muito aquém, mas já é um passo à frente para fazer frente a tantas obras que o estado precisa. Precisamos de rodovias, de melhorias na segurança pública, de mais serviços públicos, mas não podemos esquecer que, dentre todos esses serviços e obras, uma das prioridades é o investimento em saneamento básico.

Não podemos falar de meio ambiente saudável, se não tivermos saneamento básico a contento. A qualidade de vida é algo muito mais amplo do que apenas o esgotamento sanitário. Qualidade de vida é ter poder aquisitivo, transporte coletivo adequado, condições de moradia com dignidade. É também ter um bom sistema de saúde, de educação, não apenas no sentido de quantidade, mas de qualidade. Porém, complementando e não estando por último, o saneamento básico faz parte desse conjunto de ações que o estado precisa fazer para dar uma vida com dignidade e qualidade, que é o que desejamos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Quero somente comunicar a todos que amanhã à tarde o governador do estado, Raimundo Colombo, a pedido de v.exa., juntamente com a nossa participação com ele na audiência há pouco tempo, estará em São Bento do Sul e em Rio Negrinho lançando o edital da recuperação da rodovia dos Móveis na sua terra, São Bento do Sul, e da pavimentação da SC-422.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito bem lembrado, colega deputado Darci de Matos. Na verdade, estaremos, no período da manhã, em São Bento do Sul, ao meio-dia em Rio Negrinho e à tarde em Mafra. É uma reivindicação de longa data de toda a comunidade do planalto norte, ao longo dos últimos cinco anos, agora intensificada por mim, por v.exa. e pelo deputado Antônio Aguiar. Então, amanhã estaremos lá de fato, evento para o qual todos estão convidados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

O próximo horário é do PCdoB. Com a palavra a deputada Angela Albino, por cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, utilizo o meu tempo para convidar todos e todas para participar da sessão solene que será realizada hoje, às 19h, em comemoração aos 90 anos do PCdoB. É um momento muito importante para nós. Então, como no domingo o nosso partido fará 90 anos, a Assembleia Legislativa fará uma sessão solene para homenageá-lo.

Neste sentido, srs. deputados, farei a leitura de um pequeno trecho sobre o tema.

(Passa a ler.)

"Em 25 de março de 1922, em Niterói, nove delegados, representando 70 militantes espalhados por oito núcleos de Porto Alegre a Recife, fundaram o Partido Comunista do Brasil. Hoje o PCdoB completa 90 anos. É um feito não somente dos comunistas, mas da nação e dos trabalhadores brasileiros, que merece um exame mais atento.

É a primeira vez que um partido político brasileiro chega aos 90 anos. Em outros países, inclusive da América Latina, há não poucos partidos mais do que centenários. Aqui, as vicissitudes da luta política impediram essa permanência. Sucessivas gerações de partidos tentaram se afirmar, porém, terminaram varridas por golpes, ditaduras e medidas de coação. Apenas um deles se manteve. E a que preço!

Das nove décadas do PCdoB, seis foram na ilegalidade. As ditaduras que o país viveu centraram seu ataque contra a nova concepção programática. O atual programa socialista do PCdoB dá um passo à frente: propõe um rumo e um caminho. O socialismo é o rumo. O fortalecimento da nação brasileiro é o caminho.

O socialismo proposto é renovado, não copia modelos, leva em conta os avanços das experiências socialistas modernas e as particularidades nacionais. Tem uma feição brasileira.

O fortalecimento da nação concretiza-se em um novo plano nacional de desenvolvimento, com quatro fundamentos: a luta pela soberania e defesa da nação, a democratização da sociedade, o progresso social e a integração solidária da América Latina. O programa faz um amplo conjunto de propostas capazes de nortear esse projeto. Esse caminho pode levar a uma democracia popular, com hegemonia dos trabalhadores e da maioria da nação e, portanto, criar condições por uma fase de transição ao socialismo. Representará um novo salto civilizacional, o terceiro na acidentada, mas vitoriosa, história do Brasil.

É armado desse programa e do novo projeto nacional de desenvolvimento que o PCdoB faz essa conclamação, convicto de que o aumento da sua representatividade política contribuirá para o avanço das conquistas do povo, participará em plenitude nas eleições de outubro próximo, inclusive disputando prefeituras em várias capitais e em outras cidades importantes. O partido abre suas portas e acolhe para suas fileiras militantes todos os brasileiros e brasileiras que buscam ter uma atividade política organizada e transformadora.

Grande é a vitória do Partido Comunista do Brasil em chegar aos 90 anos de existência. Maior ainda é a alegria do PCdoB por chegar aos 90 anos ativo, revitalizado e confiante. Ativo por nunca ter tergiversado na defesa dos trabalhadores e do Brasil. Revitalizado por nunca ter contado com tanta gente em suas fileiras para enfrentar as tarefas do futuro. E confiante por estar no

caminho do fortalecimento da nação e no rumo do socialismo.”

Por isso quando antecipamos, hoje, a celebração do próximo domingo dos 90 anos do nosso partido, saudamos todos que heroicamente serraram fileiras no partido, abraçaram os ideais da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, da luta das minorias, da luta dos grandes temas da nação e agora muito particularmente da luta pelo desenvolvimento da soberania do nosso país.

É o PCdoB o partido que teve um papel relevante assim como várias outras agremiações partidárias de redemocratizar o nosso país e garantir que pudéssemos hoje expressar livremente o pensamento e suas convicções políticas.

Nesses 90 anos, portanto, a alegria é nossa, militantes do PCdoB, mas principalmente de quem construiu a história deste país, que são todos os seus trabalhadores e suas trabalhadoras. O PCdoB quer ser sempre uma ferramenta de transformação a partir dessa luta, dessa causa que é a luta de toda a nação brasileira.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna para destacar um projeto de lei de minha autoria, que passará a tramitar nesta Casa a partir do dia 19, segunda-feira, dia de São José, Dia do Artesão, dia do artesanato.

Esse projeto de lei visa promover a valorização do artesanato em Santa Catarina. Na verdade, o presidente dos artesãos do estado de Santa Catarina, sr. Waldir Franke, a quem cumprimento desta tribuna, destaca, através dessa lei, que o artesanato em Santa Catarina movimenta mais de R\$ 15 milhões por ano.

Há mais de dez mil pessoas associadas ao Sindicato dos Artesãos de Santa Catarina e há, aproximadamente, mais outras dez mil que não estão associadas. Imagino que com essa lei, a lei que pretende promover e valorizar a profissão de artesão, seguramente mais pessoas se filiarão a esse sindicato, à sua associação e com isso promoverão a lei, que é uma oportunidade para expressar a cultura local, a cultura regional, possibilitando também a ocupação e o trabalho remunerado, a renda a milhares de famílias catarinenses que dependem desse trabalho.

Desta forma, cumprimento, inicialmente, o sr. Waldir Franke, que juntamente com outras lideranças ligadas ao artesanato me assessoraram também para aqui apresentar um projeto de lei que venha de fato a ser coerente com as suas intenções.

Gostaria de destacar o seguinte:

(Passa a ler.)

"Artesanato: conjunto de objetos utilizados para o cotidiano, resultante da transformação da matéria-prima com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas previamente conceituadas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, com ou sem expectativa econômica, podendo no processo ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios para executar a tarefa de determinado objeto."

Em segundo lugar, quero destacar que existem vários tipos de artesanato. Destacamos o artesanato indígena, que compreende objetos elaborados por comunidades indígenas, por seus membros, que identifica o valor de uso, a relação social e cultural com a comunidade; o artesanato chamado tradicional, que expressa as origens dos italianos, dos alemães, dos ucranianos; o artesanato típico regional ético, que expressa a região, que expressa o meio ambiente das diversas regiões de Santa Catarina; e, por último, o chamado artesanato contemporâneo, que compreende a habilidade manual que incorpora elementos de

diversas culturas urbanas ou pela inovação tecnológica através do uso de novos materiais

Em terceiro lugar, quero ainda destacar a valorização do artesanato. Como Santa Catarina é um estado que tem aproximadamente 25 mil artesãos, uma forma de geração de renda para as famílias, estamos colocando na lei que para os eventos culturais que contam com o apoio de recursos públicos é necessário que haja um espaço reservado para o artesanato local, para que possa fazer a sua exposição, bem como a comercialização.

A grande questão do artesanato é justamente garantir a esses artesãos uma forma de renda, pois a dificuldade deles é justamente a oportunidade de comercialização. E a grande oportunidade está exatamente nesses eventos que são muitas vezes promovidos pelo próprio governo.

Os srs. deputados, as sras. deputadas são testemunhas disso, ou seja, que praticamente em cada cidade de Santa Catarina existem 15, 20 eventos por ano que têm alguma forma de financiamento ou de apoio, seja do governo municipal, do governo estadual ou do governo federal.

O que queremos é que para essas pessoas que realizam esses eventos que recebem apoio através de recursos do município, do estado, da união, ou seja, através de recursos públicos, possa ser reservado um espaço para fazerem a sua exposição e naturalmente a sua comercialização.

Por isso peço ao sr. presidente que seja feita a tramitação do Projeto de Lei n. 0105/2012, com o apoio desta Casa e dos deputados para a sua efetiva aprovação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, volto à tribuna desta

Casa para falar um assunto que considero muito pertinente, que já foi tema de debate na Assembleia Legislativa através da comissão de Educação, Cultura e Desporto, que é o ensino a distância, assim como algumas situações de constrangimento sofridas por alunos de cursos de graduação em Serviço Social, em função de atos infralegais do Conselho Federal de Serviço Social, que reduziam a oferta de estágio e a formação de novos profissionais pela educação a distância, em confronto com a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conforme apontou a Associação Brasileira de Educação a Distância. Aliás, esse fato foi motivo de audiência pública, na data de oito de novembro de 2011, realizada pela comissão de Educação, Cultura e Desporto, tendo como proponente a deputada Dirce Heiderscheidt, que inclusive é aluna de educação a distância no curso de Serviço Social da Unisul, debatendo a situação dos alunos nesse curso de graduação, obviamente.

O Ministério Público Federal, para nossa satisfação, após abertura de inquérito civil, considerou que incube apenas ao Ministério da Educação credenciar, descredenciar, fiscalizar os cursos superiores na modalidade de ensino a distância. Considerou também a existência da Lei n. 11.788, de 2008, que especifica sobre o estágio de estudantes, e a Lei n. 8.662, de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e sua respectiva competência privativa para treinamento, avaliação, supervisão direta de estágio em Serviço Social.

Assim sendo, o Ministério Público Federal e o Conselho Regional de Serviço Social firmaram, na data de 13 de fevereiro de 2012, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta n. 2/2012, em que o Conselho Regional de Serviço Social da 12^a região compromete-se a tratar com absoluta igualdade os estudantes de Serviço Social, independentemente de serem oriundos de cursos da modalidade presencial ou a distância e que a oferta e a supervisão de estágio em Serviço Social dependerá apenas do preenchimento das condições já previstas na legislação em vigor.

Com esse entendimento e evolução do assunto, encerra-se uma situação que não pode ser admitida em nenhum setor da educação, principalmente na graduação e no setor de estágio, que é uma parte integrante do processo de graduação nesse caso específico.

O censo do ensino superior e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, o Enade, mostram que a educação a distância é o principal fenômeno de expansão e inclusão social com qualidade no ensino universitário. É o segmento com maior crescimento ao longo da última década, chegando já em 2009 com mais de 800 mil matriculados.

O perfil dos alunos da educação a distância se concentra nas classes C e D e todos são beneficiados com mensalidades mais baixas, com descontos que chegam até 75% em relação ao ensino presencial, pelo fato de poder estudar com flexibilidade de horário e local, sem prejudicar os compromissos profissionais e familiares.

Na verdade, srs. deputados, o aluno a distância é um trabalhador que conseguiu voltar a estudar, por isso deve receber, sem dúvida alguma, o nosso apoio e respeito.

Os resultados do Enade apontam que os alunos a distância têm desempenho até mesmo superior ao de estudantes do ensino presencial.

Um estudo já feito pelo Inep mostrou que a nota média dos alunos a distância dos cursos de Administração, Pedagogia, Matemática e Serviço Social, que é o caso que estávamos debatendo, foi de 6,70 pontos maior em relação aos colegas dos mesmos cursos no ensino tradicional.

O estado de Santa Catarina, em especial, é uma referência nacional em pioneirismo e qualidade na educação a distância. Desde 1995 a nossa UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina -, atua através do Laboratório de Ensino a Distância, já é precursora desse tema. A Unisul, com o *campus UnisulVirtual*, é líder nacional em educação *on-line*. O Centro Universitário Leonardo da Vinci, a Uniasselvi, popularmente conhecida no vale do Itajaí e com atuação, nesse caso, em todo o estado e até no Brasil, é líder em educação a distância

baseada na oferta através de polos presenciais. E ainda podemos citar, com destaque, outras entidades que também atuam nessa modalidade, como a Furb, a Univali, a UNC, o Senai e o Senac.

Atualmente, o estado de Santa Catarina conta com mais de 40 mil alunos matriculados no ensino a distância, aumentando para aproximadamente 100 mil, se contarmos também os matriculados nos cursos de pós-graduação, na modalidade a distância.

Dessa forma, srs. deputados, é com muita satisfação que falo sobre o assunto educação a distância no Brasil, no estado de Santa Catarina, a sua evolução, a sua difusão social e a importância cada vez mais visível e reconhecida.

Ainda neste mês vamos protocolar um pedido de criação de uma frente parlamentar, trazendo autoridades e também pessoas ligadas diretamente ao assunto da educação a distância. Acreditamos que será uma discussão muito importante no crescimento de oportunidades e evolução da graduação superior."

Esse é o tema exclusivo deste pronunciamento. Gostaria de deixar bem claro, deputada Dirce Heiderscheidt, que aquela sua proposição, e que efetuamos o mais breve possível, vai dar frutos ainda mais consistentes. Vamos levar esse debate a todos os deputados, a todos os catarinenses e a toda a sociedade. E também procuraremos ampliar esse ensino como modalidade, e os números provam o aumento do acesso das pessoas mais necessitadas, mais simples, à educação superior.

Gostaria também, mudando o tema, de encerrar este pronunciamento - e vou dividir o horário com o deputado Manoel Mota - desejando sucesso à empresária Monika Hufenüssler Conrads, que amanhã, quinta-feira, dia 22 de março, assumirá a presidência da Associação Empresarial de Jaraguá do Sul. Ela traz à entidade a competência da mulher - e, inclusive, deputada Dirce Heiderscheidt, no mês da mulher -, com o seu dinamismo já comprovado em outras oportunidades.

Também quero parabenizar o presidente até então, Durval Marcatto Júnior, pela contínua luta

em todos os assuntos que eram, e que são, do interesse de Jaraguá do Sul, de todo vale do Itapocu e do norte catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Manoel Mota, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que nos prestigiam com a sua presença no Parlamento catarinense, com certeza com bons propósitos, e gostaríamos de nos colocar inteiramente à disposição.

Quero cumprimentar o governador e agradecer pela sua decisão. O governador do estado tinha decidido que os CTGs e o MTG de Santa Catarina não teriam mais recursos este ano. Hoje, o MTG tem a sua sede em Lages. Sabemos perfeitamente da ligação dos rodeios com o próprio governador. Santa Catarina dá um exemplo de laçador para ao Brasil inteiro. Disputamos 15 vezes a Copa Brasil de Laço e Santa Catarina foi campeã 13 vezes.

Então, se ele não ia mais proporcionar ajuda aos CTGs, realmente ele tinha que repensar. E o governador repensou e, hoje, os CTGs podem ter recursos.

Mas é importante traçarmos um valor, e que não seja muito, mas que também não seja muito pouco e ajude os CTGs de Santa Catarina que têm dado, na minha concepção, uma demonstração do que é cultura e solidariedade. Quando chegamos ao CTG, vemos 10, 12 ou 15 mil pessoas, mas não vemos um policial, porque não é preciso. Lá encontramos solidariedade e não vemos brigas. Lá há, sim, integração, e isso é importante.

Hoje, o maior CTG de Santa Catarina é o de Joinville, e, com certeza, eu também me orgulho dele. A sede do MTG de Santa Catarina é em Lages.

Então, temos que cumprimentar o governador por essa decisão e dizer que ele ainda está pensando nas pessoas em primeiro lugar, porque pensar na cultura é pensar nas pessoas.

Por isso, quero agradecer ao governador e colocar-me à disposição para ajudar um pouquinho.

Eu e o deputado José Milton Scheffer ajudamos a organizar o Rodeio Internacional e trouxemos argentinos, uruguaios, paraguaios. Houve despesas, inclusive de estadia, e acabamos ficando nos 48 minutos do segundo tempo e não deu para passar. Mas não foi culpa do governador. O que aconteceu foi que não pegaram a assinatura dele, mas ele liberou.

Então, acho que temos que reconhecer aquele que tinha um compromisso: as pessoas em primeiro lugar. E ele continua com as pessoas em primeiro lugar.

Por isso, eu não poderia deixar de registrar esse fato e de reconhecer a grandeza de podermos ajudar a principal cultura de Santa Catarina e do Brasil, que são os CTGs de todo o país, e sendo muito mais forte aqui em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Com muita honra, ouço v.exa., que também tem ligação e, mesmo sendo delegado, também sabe laçar.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela abordagem, deputado Manoel Mota, e dizer que no domingo, quando estava participando da abertura do rodeio, em Campo Erê, os tradicionalistas abordaram esse assunto.

Sabemos que o tradicionalismo é a família, o idoso, o respeito à criança e ao jovem. E é também um esporte diferente porque congrega toda a família, desde o filho, o neto e o avô.

O pedido era esse, e sabemos que investir na cultura, no tradicionalismo e na família é importante para o nosso estado.

Então, foi um pedido do MTG, e a 12^a e a 13^a Regiões estavam lá reunidas. Nós vivemos nesse meio, mas seria bom que toda a sociedade também convivesse para ver o exemplo que eles dão.

Na abertura dos rodeios, quando vou discursar, deputado José Milton Scheffer, eu adapto uma poesia intitulada *O Policial*:

"Tem gente que ainda não sabe

O que o rodeio significa,
Às vezes por maldade o critica,
Sem conhecer a verdade,
E nesta oportunidade, parafraseando os
doutores,

O rodeio, meus senhores,
É um exemplo para a sociedade."

Então, sempre faço essa declamação e eu me sinto muito feliz quando, todos os domingos, vejo aquela convivência de família, de respeito, tendo a Vaca Parada com as crianças envolvidas.

Parabéns pela abordagem, deputado Manoel Mota, pois investir no tradicionalismo é investir na cultura, é tirar os jovens das drogas e da criminalidade, com vistas a uma sociedade mais saudável.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço a v.exa., deputado Maurício Eskudlark, ao tempo em que agradeço ao governador, pois fiz um apelo que foi atendido e os CTGs passarão a receber pelo menos alguma coisa para ajudar no processo de preservação da cultura catarinense, já que por 13 vezes o estado é campeão de laço.

A minha região, deputado Moacir Sopelsa, tem vários CTGs, tem grandes CTGs, inclusive, no último domingo foi realizado um rodeio internacional e com essa atitude o governador tirou um peso das nossas costas, porque os tradicionalistas poderão ser ajudados e as prendas, os peões e os patrões poderão continuar aperfeiçoando-se para que o nosso estado continue a ser campeão de laço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o deputado Manoel Mota sempre merece um tempinho a mais porque é o nosso decano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu sabia que o deputado Manoel Mota era caminhoneiro, mas campeão de laço não sabia!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar, com satisfação, a presença, neste plenário, da vereadora Nilza, de Itapema, que foi candidata a prefeita, e do jornalista Lúcio Mauro, diretor da Rádio Clube de Joinville.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos, está feito o seu registro.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos são reservados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados e deputadas, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, catarinenses que presenciam esta sessão, prezada vereadora Nilza e prezado jornalista Lúcio Mauro, de Joinville.

Quero abordar, sr. presidente, um assunto que tem sido tema de muitos pronunciamentos. Em janeiro deu entrada na Casa a PEC n. 0001, que dá aos prefeitos a possibilidade de firmar convênio com os bombeiros voluntários, visando à fiscalização de obras.

Este é o quinto ano que estou nesta Casa e pelo menos uma vez por ano esse assunto é levantado neste plenário, criando-se sempre aquele jogo do a favor e do contra, ou seja, os deputados favoráveis aos bombeiros militares seriam contra os bombeiros voluntários e vice-versa.

Assim, imagino que essa PEC pode minimizar os problemas, mas quando vi que a comissão de Constituição e Justiça começou a discutir o projeto e posicionou-se pela sua inconstitucionalidade, fiz um requerimento no sentido de que na comissão de Segurança fosse analisado o mérito, pois na minha visão, deputado José Nei Ascari, a CCJ tem discutido também o mérito e não apenas a legalidade da matéria. Isso

é um problema! Temos que ser muito frios em relação a isto: a CCJ tem que discutir a constitucionalidade da PEC e o mérito deve ser discutido na comissão de Segurança. E pedi, na reunião realizada na semana passada, que os representantes dos bombeiros militares e voluntários, que a secretaria da Segurança Pública, que a Fecam e os demais órgãos envolvidos viessem com o espírito desarmado, deputado Maurício Eskudlark, para que pudéssemos, juntos, encontrar uma saída.

Pois bem! Justamente naquela reunião a promotora de Justiça, dra. Walquíria Danielski, abriu a sua fala dizendo que o problema não é o art. 111 da Constituição Estadual que a PEC deseja mudar. E que temos que mudar o art. 108, que diz que é questão do bombeiro militar fazer as fiscalizações preventivas de incêndio. Se, portanto, é papel do bombeiro militar, então é segurança pública! E, portanto, se é segurança pública, nós não podemos cobrar a taxa e tem que ser por imposto. E por isso as Adins de todos os fundos municipais, quando se cobra a taxa feita até pelo bombeiro militar.

Isso me trouxe uma clareza muito grande, entendendo que o assunto é muito complicado para querer resolver somente nessa PEC. É tributário! O buraco é mais embaixo, e temos que tratar do assunto!

Deputada Dirce Heiderscheidt, para tentar resolver o problema de uma vez por todas não basta jogar a bola para cima, porque a PEC, na minha opinião, deputado Moacir Sopelsa, é o saque jornada nas estrelas. Você pega a bola, joga para cima, e uma hora ela vai cair. A PEC é isso! Ela é autorizativa e não resolve o problema! As Adins vão continuar acontecendo e a discussão vai continuar acontecendo. E a responsabilidade é de quem? Não resolve o problema!

Nós, na semana passada, tivemos a ideia de, nessa reunião de hoje da comissão de Segurança Pública, construir algo que pudesse resolver a questão. Eu quero aqui, de público - e sei que os deputados Darci de Matos e Maurício Eskudlark, que

participaram da reunião, hoje, também vão fazer o mesmo -, parabenizar o Ministério Público, que veio com uma construção favorável para resolver o problema, e eu a passarei rapidamente aqui.

Na verdade, deputado José Milton Scheffer, a ideia é tirar do art. 108 que é papel do bombeiro militar fazer a aprovação do anteprojeto de incêndio. A fiscalização tem que ser feita pelo bombeiro a qualquer momento. Não é porque agora deu o habite-se da Assembleia Legislativa que daqui a dez anos não vai poder ser feita uma fiscalização novamente. O poder de polícia deve ser feito a qualquer momento por um ente concursado, que tenha fé pública de ente concursado.

Mas precisamos mudar, e parece que essa mudança cai como uma luva: resolve o problema dos militares, resolve o problema dos comunitários e resolve o problema dos voluntários. Ou seja, a legislação mudada... E para não esbarrar na Constituição Federal, vamos mudar a Constituição Estadual e fazer uma infraconstitucional, ou seja, regulamentar algumas ações do Corpo de Bombeiros para que possamos resolver de uma vez esse assunto, e para que não precise mais todos os anos, quando se levanta esse assunto, vir aqui o bombeiro militar, o bombeiro comunitário e o bombeiro voluntário para disputar e ver quem é a favor de quem.

Volto a dizer que o cidadão, quando é atendido pelo bombeiro, não pergunta se é comunitário, voluntário ou militar. Ele quer ser atendido. E não é o atendimento que estamos discutindo aqui. O que estamos discutindo é a questão do dinheiro arrecadado pelas vistorias! É este o problema! E se esse é o problema, já que no atendimento de prestação de socorro não existe problema algum, temos que fazer o quê? Tratar de forma tributária para legalizar todas essas questões.

Então, mais uma vez, quero parabenizar o Corpo de Bombeiros Militar, o Corpo de Bombeiros Voluntário e o Corpo de Bombeiros Comunitário.

Gostaria de fazer o registro de que por duas vezes convidamos a Fecam para participar da

reunião, mas ela não veio, deputado José Milton Scheffer. É uma pena! A Fecam - Federação Catarinense dos Municípios - não compareceu nas duas vezes em que foi convidada. E os municípios é que são os mais interessados! Nós queríamos ouvir a Fecam, mas ela não apareceu com algum representante.

Mas resolvemos que o Ministério Público vai mandar para o bombeiro militar, o bombeiro voluntário, o bombeiro comunitário, a Fecam e a OAB a proposta de mudança da legislação.

Daqui a 15 dias o Ministério Público mandará para o bombeiro militar, para o voluntário, para o comunitário, para a Fecam e OAB a proposta de mudança da legislação. Ou seja, na quarta-feira que vem eles vão trazer as suas contrapropostas daquilo que foi mandado pelo Ministério Público e construiremos aqui uma legislação, deputado Sargento Amauri Soares, que seja boa para todos e para que esta Casa possa fazer um papel importantíssimo como sempre faz, mas desta vez resolvendo o cerne da questão, que não é jogar a bola para cima. Temos é que resolver o problema.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não, meu líder!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Kennedy Nunes, quero parabenizá-lo pela convocação e proposição da realização da audiência pública na comissão de Segurança Pública, sendo a segunda audiência que realizamos e que foi, sem dúvida, muito proveitosa, porque a promotora dra. Walquíria Danielski apresentou e mandará oficialmente para esta Casa, e para todos os atores envolvidos na questão dos bombeiros de Santa Catarina, o esboço de uma legislação que dá condições para mantermos o que já está consolidado, deputado Romildo Titon. Ou seja, nos municípios onde há somente o bombeiro militar, ele faz a fiscalização e a análise prévia dos projetos; nos municípios onde há os voluntários, eles fazem a análise prévia, e a fiscalização cabe, obviamente, aos bombeiros militares de

eventos e das edificações. Portanto, essa proposição da dra. Walquíria Danielski agradou de um lado o deputado Sargento Amauri Soares e o deputado Maurício Eskudlark e a nós, v.exa. e os deputados do outro lado.

Tenho certeza de que vamos amadurecer essa discussão para chegar a um consenso que possa manter, deputado Kennedy Nunes, o excepcional trabalho que, por exemplo, os militares fazem em Blumenau. E vamos por outro lado manter o excepcional trabalho que os bombeiros voluntários fazem na cidade de Joinville há 120 anos.

Portanto, encerro dizendo que a briga, a divergência talvez seja um pouco por causa de recursos, mas diria que os bombeiros têm uma missão a ser cumprida, que é salvar vidas. Então, a divergência é pelo poder de polícia, mas nada melhor do que esta Casa para debater à exaustão e chegarmos a um consenso para que possamos manter os bombeiros comunitários, os voluntários e os militares salvando vidas do povo catarinense.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Darci de Matos!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Concedo um aparte ao deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Eu quero parabenizar v.exa., porque é dentro das tratativas e da discussão que surge a solução. E o Ministério Público, a dra. Walquíria Danielski, que conheço e que atuou como promotora em São Miguel D'Oeste, quando eu trabalhava lá como delegado de Polícia, pelo zelo, não apenas contestando as ações e vendo as irregularidades, mas especialmente querendo participar ativamente numa proposta de solução, então, o Ministério Público, além de colocar o seu posicionamento ante as ações que já foram impetradas no estado de Santa Catarina, fez um estudo aprofundado tanto da Constituição quanto da legislação infraconstitucional e apresentou uma solução.

Eu vejo que agora, efetivamente, tudo se encaminha para que tenhamos esse assunto

devidamente regulamentado, legalizado, perante a Constituição e perante a legislação infraconstitucional. Assim, acho que foi a melhor solução a ser encontrada.

Também, aproveito este momento para saudar a vereadora Nilza Nilda Simas Ribeiro. Não a saudei antes porque estavam falando em tradicionalismo, mas sei que ela está aqui pela questão de segurança, isto é, buscando a efetiva implementação das câmeras de segurança no município de Itapema. E como sabia que iríamos tratar desse assunto, deixei para este momento também essa saudação, mas o seu encaminhamento em muito contribuiu. Acredito que chegaremos a uma solução sobre esse assunto que será, principalmente, de contento da população do estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes!

Quero cumprimentá-lo por suas iniciativas desde a proposição daquilo que podemos chamar de audiência pública que houve na semana passada e que deliberou pela reunião realizada na manhã de hoje. E como falei na comissão de Segurança Pública hoje pela manhã, estava bastante cético com relação à possibilidade de uma convergência nesse debate, mas, possivelmente, poderemos caminhar nessa direção.

Aguardaremos até segunda-feira para que a promotora Walquíria Danielski, do Ministério Público, encaminhe por escrito a proposta, os apontamentos, e a partir disso teremos as avaliações de todas as entidades e a nossa avaliação, para que no dia 04 de abril, daqui a 15 dias como v.exa. falou, possamos, quiçá, chegar perto de um entendimento, de um texto constitucional, e a partir disso à legislação infraconstitucional.

Cumprimento os bombeiros voluntários que estão nesta Casa, nessa angústia, porque enquanto a PEC n. 0001 estiver com esse texto tramitando, em nossa avaliação, um fantasma ronda este Poder Legislativo. Quanto mais rápido conseguirmos superar esse problema será melhor para todos e para a sociedade catarinense.

Muito obrigado e parabéns pelas iniciativas acertadas nesse sentido.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado. Peço vênua ao deputado Romildo Titon, presidente da comissão de Constituição e Justiça, e sei que o presidente da comissão de Segurança Pública, deputado Gilmar Knaesel, vai fazer o mesmo, para que dê uma segurada na PEC, na questão da votação, enquanto esse caminho for construído.

Avançamos bastante. O caminho é outro. Agora recebemos o GPS legislativo alertando outro caminho. Essa PEC está promovendo essa construção para que possamos, desarmados, resolver legislativamente, juntamente com o Ministério Público, que é o guardião da lei, essa situação.

Então, peço, de coração, deputado Romildo Titon, que v.exa. segure lá o projeto pelos menos até que possamos construir.

No dia 04 de abril teremos a próxima reunião, e tenho certeza de que vamos construir um caminho alternativo que será bom para todos os lados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com a autorização do deputado Elizeu Mattos, líder do governo, quero convidar os deputados que estão em seus gabinetes para que compareçam ao plenário porque, conforme está no jornal, teremos a votação de um projeto de

fundamental importância para a estatal Celesc e para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos, fica feito seu registro.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o adicional de permanência para a Segurança Pública é muito importante e será deliberado na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Este projeto também está na pauta.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, a bancada do PMDB está mobilizada, praticamente toda, e aguardando a votação do projeto de grande importância para a Celesc. Solicito às bancadas que compõem a base do governo que compareçam ao plenário para que possamos, o mais rápido possível, resolver essa questão.

Muito obrigado, sr. presidente, e muito obrigado aos deputados do PMDB, sem exceção, que atenderam ao nosso pleito de comparecer a este plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider, líder da bancada do PMDB.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Gostaria de registrar a presença neste plenário do sr. Lucio Mauro Neder, meu afilhado, que é diretor-geral da Rádio Clube de Joinville.

Seja bem-vindo!

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado e presidente Moacir Sopelsa.

Vejo que a necessidade do voto pelo projeto não é bom apenas para a Celesc, é bom para Santa Catarina. Mas neste espaço destinado aos Partidos Políticos, ao PT, o nosso partido, deputados Padre Pedro Baldissera, Neodi Saretta, Dirceu Dresch e deputada Ana Paula Lima, quero aqui fazer uma reverência à ministra Ideli Salvatti.

Nós estamos acompanhando na imprensa nacional que a ministra Ideli Salvatti continua sendo uma das figuras mais leais ao nosso governo, assim como foi ao presidente Lula nos seus momentos difíceis em que muitos senadores e deputados fugiam do plenário para não tomar posição. E a senadora Ideli Salvatti, de forma honrada, com galhardia, votava em nome do projeto nacional, encampado pelo nosso presidente Lula. E agora a ministra está cumprindo sua missão, demonstrando sua lealdade ao governo, discutindo com os partidos sem se dobrar ao fisiologismo.

O governo da presidente Dilma Rousseff, que possui 72% de aprovação, tem na base de sustentação do governo, como vice-presidente da República, Michel Temer, do PMDB. Nós vemos, deputado Neodi Saretta, que não podemos nos dobrar ao fisiologismo do Congresso, mesmo que muitas vezes isso venha a doer na carne, porque não dá mais para viver num país como o nosso com uma consolidação democrática esquartejando o estado em nome de interesses partidários.

Como membro do Partido dos Trabalhadores, deputado Elizeu Mattos, muitas vezes vemos a tristeza, o cansaço da nossa ministra, mas no entanto, deputado Neodi Saretta, ela não deixa de ter um grande senso de diplomacia, maior do que pude ver em toda minha história de convivência com a senadora, como ela está tendo no momento, com maturidade de estado, com interpretação daquilo que o cidadão brasileiro quer de um governo que o represente.

Por isso, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, gostaria de expressar a nossa solidariedade à nossa grande ministra que de forma

honrada representa o estado catarinense no governo da presidente Dilma.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Jailson Lima, gostaria de associar-me ao seu pronunciamento e, em primeiro lugar, dizer que a presidente Dilma faz um trabalho administrativo extraordinário e também político, criando uma nova cultura, uma relação política e não apenas, como em muitas ocasiões, a negociação do toma lá dá cá.

A alteração de líderes havidas no Congresso mostra essa disposição de renovação da presidente, e com certeza ela tem sido cercada também por pessoas importantes, que cumprem missões importantes, como, por exemplo, a ministra Ideli Salvatti, que tem feito um trabalho extraordinário de articulação política, de negociação e tem, inclusive, representado os interesses dos brasileiros, enfim, tem sido uma verdadeira embaixadora das grandes causas de Santa Catarina.

Por isso, creio que a presidente Dilma está no caminho certo e a ministra Ideli Salvatti, que tem sido um pilar de sustentação desse governo como foi também do governo do presidente Lula, faz o seu trabalho de forma coerente, forte. Tenho certeza de que a ministra é incansável e não serão quaisquer tentativas que vão quebrar essa confiança de levar adiante essas ações que estão sendo tomadas.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Gostaria de expressar o meu pensamento. Acho que a presença da ministra Ideli Salvatti no mesmo andar da presidente da República é muito importante para o estado de Santa Catarina.

É bom para nós, para o estado, estar no quarto andar, poder contar com a força que a ministra tem hoje para ajudar o nosso estado. E também, lógico, todas as ações tomadas pela ministra ela cumpre e faz bem feito. A missão dada a ela pela presidente

Dilma, deputado Jailson Lima, está sendo cumprida, ninguém tem dúvidas disso. Chegaram a falar que a ministra cairia, mas acho que cai quem não cumpre a missão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Também gostaria de ser solidária à ministra Ideli Salvatti, que foi uma senadora combativa na defesa do governo em épocas de crise. Estava certa naquela época e está certa agora também.

Ela está cumprindo uma função importante e estratégica, no governo, na defesa do governo da presidenta Dilma, fazendo a interlocução com os parlamentares. E acredito que essa crise no Congresso já passou, está passando, pela boa atuação da nossa ministra catarinense, Ideli Salvatti.

Fica aqui a nossa solidariedade na defesa da nossa ministra que faz um papel fundamental também na defesa do nosso estado, junto à presidenta Dilma.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Deputado Jailson Lima, agradeço a deferência em me conceder esses minutos e gostaria apenas de tornar público que a bancada do PMDB ontem, durante o almoço da bancada, propos uma moção, em nome de Assembleia Legislativa, endereçada à Presidência da República, exatamente para frisar a importância que a ministra Ideli Salvatti representa para os interesses do estado e da gente catarinense.

Então, quero fazer das suas palavras as nossas. Queremos, em nome da bancada do PMDB, fazer coro à permanência da deputada Ideli Salvatti no governo, até porque entendemos que o PMDB também é sócio do governo federal no que se refere à busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Em nome da bancada defendemos essa moção e estamos encaminhando no dia de amanhã, em nome de

toda Assembleia, uma proposição da nossa bancada, para que a ministra Ideli Salvatti continue fazendo um grande trabalho, como fez até então, na articulação política do governo. E eu gostaria, deputado Jailson Lima, apenas de ressaltar que praticamente todas as missões que foram incumbidas à ministra Ideli Salvatti, no que compete ao Congresso Nacional, foram aprovadas.

Então, essa é a comprovação de que Ideli Salvatti é uma grande ministra na área das inter-relações com os deputados e senadores.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Parabéns pelos seus pronunciamentos sempre pertinentes.

Neste momento a ministra Ideli Salvatti representa Santa Catarina e ela não vai cair, mas se cair, cairia também Santa Catarina, talvez para entrar outro ministro lá do norte ou nordeste.

A nossa bancada se posiciona de forma solidária à sua proposição, e fazemos votos de que a ministra Ideli Salvatti continue no governo, porque a presidente Dilma tem sido muito generosa, muito atenciosa com o nosso governador Raimundo Colombo, sobretudo com os pleitos de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dado Chereim - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Chereim - Deputado Jailson Lima, em nome da bancada do PSDB, gostaria de dizer que acompanho há muito tempo a trajetória da ministra Ideli Salvatti e defino s.exa. com apenas uma palavra: guerreira.

Com certeza ela merece todo o nosso respeito, todo o nosso apoio, porque na verdade, se acontecer algo institucionalmente com a ministra Ideli Salvatti, com certeza acontecerá também com Santa Catarina. Precisamos de alguém do seu porte, do seu tamanho, para ajudar Santa Catarina, como tem ajudado também a presidente Dilma Rousseff.

Então, a ministra Ideli Salvatti tem o nosso apoio, a nossa solidariedade, e vamos torcer para que ela possa ficar firme e forte como sempre foi.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Jailson Lima, com a permissão do meu líder, deputado Silvio Dreveck, gostaria de me pronunciar, até porque este deputado, o deputado Valmir Comin e o deputado Reno Caramori somos três dos cinco da bancada que convivemos com a combativa deputada Ideli Salvatti. Fomos parlamentares juntos, aprendemos a respeitar aquela deputada combatente, combativa, guerreira, a grande senadora que o estado teve, agora, ministra de Santa Catarina.

Também a nossa solidariedade em nome da nossa bancada e do nosso partido à ministra Ideli Salvatti.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Jailson Lima, v.exa. certamente quer concluir o pronunciamento, mas quero também prestar a solidariedade do PCdoB e reafirmar que a ministra hoje no centro da República é de fundamental importância para todo o estado de Santa Catarina. Merece o amparo e a manifestação explícita desta Assembleia Legislativa, para que continue nesse espaço significativo que agora detém.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero agradecer a generosidade do presidente Moacir Sopelsa, neste momento, e principalmente agradecer, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, toda essa posição solidária dos partidos, numa situação em que o país não pode mais se submeter a esses níveis de pressão.

Entendemos que o Brasil está no caminho certo, com o time certo e com a treinadora certa. Por isso, a saudação à nossa ministra Ideli Salvatti. Estamos juntos com v.exa., e esta Casa está empenhada, com a manifestação de todos os

deputados, para que se mantenha firme como representante do estado de Santa Catarina na mudança de contexto deste Brasil e para que a presidente Dilma Rousseff continue conduzindo este país como o povo brasileiro deseja e assim a aprovou nas urnas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes, pois temos dois projetos importantíssimos para deliberar e sei que alguns deputados pretendem ir até a secretaria da Fazenda, se podemos inverter a Ordem do Dia e iniciarmos com o Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, e o Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012, de origem governamental.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2012, de origem governamental, que altera o art. 79 da Lei Complementar n. 453, de 2009, o art.71 da Lei n. 15.156, de 2010, e o art. 60 da Lei Complementar n. 472, de 2009, e adota outras providências (Grupos de Segurança Pública e Justiça e Cidadania).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Como há necessidade de quórum qualificado, abriremos o painel eletrônico para iniciarmos a votação nominal.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, este projeto é muito importante, pois faz justiça com os policiais civis, com os agentes penitenciários e com os servidores do Instituto Geral de Perícias, quando lhes possibilita o direito ao adicional de permanência que significa o período após o tempo mínimo para aposentadoria.

Depois dos 30 anos de serviço, o servidor militar, bombeiro ou policial, que permanece na ativa, trabalhando para a sociedade, agrega a cada ano mais 5% na sua remuneração. Os servidores civis da secretaria da Segurança Pública, policiais, agentes penitenciários e peritos não tinham esse direito. E este projeto institui esse benefício.

Ele é importante para que esses servidores permaneçam trabalhando, porque é um direito que historicamente outros da mesma área já têm. Portanto, é importante para o estado e para a sociedade catarinense.

Quero lembrar também, com relação ao IGP, de uma discussão no final do ano passado, no sentido de que existe um prejuízo na incorporação dos abonos. As autoridades da Polícia Civil e Militar, delegados e oficiais estão tendo a incorporação de R\$ 2.400,00, enquanto que na perícia apenas de R\$ 400,00 para o mesmo nível; na base do sistema de segurança, estão os policiais e os agentes e estão tendo R\$ 940,00 de incorporação; na base do Instituto Geral de Perícia, apenas R\$ 640,00. Então, eram diferenças de abonos, de gratificações do passado, e isso precisa também ser analisado pelo governo.

Parabenizo o governo e todos que lutaram pelo projeto de lei complementar que estamos votando neste momento, pois é meritório, merece o nosso aplauso.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero somente reconhecer o empenho do governador Raimundo Colombo e a justiça que se está fazendo aos servidores do sistema prisional da Polícia Civil e do IGP.

Temos a presença de Ricardo Moura, presidente do Sinposc, juntamente com outros peritos do IGP. E é uma justiça que se faz. Inclusive há a questão dos abanos, um pleito dos funcionários do IGP, pois enquanto a Polícia Militar já possuía esse benefício adicional de permanência, que é a motivação para que aqueles agentes que chegam aos 30 anos de serviço continuem na atividade, agora são premiados e reconhecidos, porque o pior do que não se conceder um direito é retirar um direito do servidor. Os servidores recebiam esse adicional e por uma falha legislativa acabaram perdendo.

Então, esse reconhecimento é muito importante e é bom para a Segurança Pública e bom para o estado de Santa Catarina.

Quero fazer um pedido ao sr. presidente: se pudéssemos votar em segundo turno já no dia de hoje, para que ficasse definitivamente resolvida essa questão.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo concordância dos srs. líderes, faremos a segunda votação ainda hoje.

(As lideranças aquiescem.)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o projeto de adicional de permanência é de fundamental importância, mas não posso deixar de registrar a pendência que temos, este Parlamento, o nosso governo, com o IGP, aqui

presente, no que diz respeito à corporação, com a secretaria da Administração e com a PGE.

É uma pendência, debatemos no ano passado, e falo aqui ao líder do governo para que possamos retomar, juntamente com o secretário da Fazenda e da Administração, a discussão da possibilidade de corrigirmos essa injustiça com essas três instituições.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, apenas para reiterar o nosso compromisso, o deputado Dado Cherem, o deputado Silvio Dreveck, o deputado Elizeu Mattos, enfim, em sete ou oito deputados assumimos, em nome das bancadas, com o IGP, em dezembro, quando foi feita a votação de todos aqueles projetos na área da segurança pública...

Venho aqui apenas para renovar, deputado Moacir Sopelsa, esse compromisso. Nós assumimos a nossa palavra e continuamos comprometidos na busca da solução. Não foi feita a justiça ainda com os servidores do IGP, e este momento é de reiterar o nosso compromisso na construção daquilo que é devido aos servidores do IGP.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Consulto os srs. deputados se todos exerceram seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 28 votos "sim".

Está aprovado em primeiro turno.

Já consultamos os srs. líderes se podemos votar o projeto da Celesc e após votaremos em segundo turno o projeto da secretaria da Segurança Pública.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que autoriza os representantes do estado no Conselho

Administrativo das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc a votarem na proposta de alteração do Estatuto Social contida no Ofício n. 0018/2012, da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a nossa bancada apóia esse projeto. Sempre falamos que o nosso compromisso é contribuir com Santa Catarina, com as empresas públicas, neste caso a nossa importante empresa Celesc, para continuar sendo a empresa dos catarinenses.

Na verdade, temos aqui o apoio ao projeto. E o presidente veio para Casa no dia de ontem conversar com as bancadas, com os deputados. E os sindicalistas também contribuíram nessa construção. Agora não podemos deixar de registrar aqui duas questões. A primeira é sempre esse atropelo do projeto de não se conseguir estudar. Há uma tramitação no estatuto rápida, não tem jeito, mas poderíamos ter pelo menos um período um pouco maior para discutir o projeto.

Outro equívoco que foi na verdade cometido, na nossa avaliação, foi que no ano passado quando esta Casa aprovou e retirou dos objetivos sociais da empresa alguns artigos e que, agora, nós estamos restabelecendo. Então, a empresa precisa ter mais cuidado quando encaminha para esta Casa a mudança estatutária que pode criar motivo para acionistas quererem cobrar, como no caso dessa questão do acionista minoritário, em cima dessa mudança.

Nós apoiamos, vamos contribuir. E com certeza ajudar a corrigir essa mudança que teve no ano passado.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Quero, sr. presidente, fazer o registro da humildade e da transparência do homem público, porque, ontem, estive aqui o presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, juntamente com o sindicato, trazendo de uma maneira muito transparente, muito honesta, a responsabilidade, neste momento, que a Celesc vive. Faço questão de fazer esse registro.

Com certeza, mais pessoas do governo deveriam espelhar-se na humildade, na transparência do presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, é claro que quando o assunto é o zelo com a Celesc nós todos somos solidários. E ontem o sindicato veio junto com o presidente. E eu considerei uma atitude muito interessante de ele vir conversar com todos os parlamentares. Mas não podemos tapar o sol com a peneira. Qualquer um diz o óbvio: comeu bola. E isso é parte desses repetidos projetos que se propõe e ninguém pode discutir, porque se discutir, não dá para fazer, enfim.

Eu quero aproveitar para me reportar... Os deputados Silvio Dreveck, Darci de Matos, são parceiros de outro lapso do governo, que foi o da Udesc, que pedimos para corrigir e até hoje não foi corrigido.

Então, com relação a esses projetos que passam aqui, a maioria nem discute o projeto e aprova. E

agora temos que voltar atrás numa lei tão recentemente aprovada.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, as observações dos deputados procedem, no meu entendimento, em parte.

Nós aprovamos a lei no ano passado e se erramos, humildemente, o presidente da Celesc veio, juntamente com o sindicato, a esta Casa fazer contato. E precisamos corrigir o erro, para o bem da empresa.

O fundamental, sr. presidente, é que o Antônio Gavazzoni, com sua equipe, está fazendo um trabalho altamente isento e profissional na gestão dessa empresa de capital aberto. Prova disso é a valorização das ações da Celesc, as inúmeras obras e ações efetivas da Celesc do estado de Santa Catarina. Por isso, eu tenho entendimento que vamos corrigir em tempo esse projeto que foi aprovado no ano passado, para que a empresa possa ter segurança, possa continuar dando atenção no que diz respeito à questão energética do nosso estado.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado, nobres colegas, é importante que neste momento façamos uma reflexão não apenas sobre o voto que estamos dando, mas também sobre o rolo compressor que muitas vezes citei nesta Casa, quando se aprova um conjunto de leis que às vezes não temos tempo de fazer o debate, a reflexão devida.

De qualquer maneira, parablenizo o Antônio Gavazzoni, porque de forma muito humilde reconheceu que com objetivo de acertar houve um

equivoco, e neste momento cabe-nos corrigir esse equivoco.

Então, é necessário que tenhamos essa compreensão. E também quero parabenizá-lo, porque quando ele me ligou estávamos a caminho do aeroporto e voltei para assinar o projeto como primeiro secretário - estávamos indo a Brasília. E ele humildemente nos disse que haviam cometido um equivoco - e todo homem público pode cometer equivoco - que não representou nem um erro econômico, nem um prejuízo econômico para a Celesc. Ele também esteve presente, deputado Padre Pedro Baldissera, na nossa bancada, como homem democrático, debatendo o que antes não víamos.

Então, isso representa maturidade das instituições. E também para que aqui façamos mea culpa do voto que muitas vezes damos na correria sem discutir a essência e a possibilidade dos projetos. Mas está aí o "sim" do PT, entendendo que isso é o melhor para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero também registrar aqui tudo o que foi dito, somar-me a tudo que foi falado a respeito do PDL n. 0001, que autoriza o conselho de administração da Celesc a alterar novamente o estatuto. E fazer uma alteração de uma alteração que tínhamos feito no ano passado, ou seja, voltar ao que era o estatuto naqueles dois aspectos, que era o ano passado.

Até compreendo como normal, porque o nosso objetivo aqui também, assim como se frisou o trabalho do sindicato, do representante dos trabalhadores na Celesc, o trabalho da direção da empresa, o presidente Antônio Gavazzoni, é estar aqui a postos, sempre prontos para defender o interesse público, a empresa pública, contra

qualquer tentativa de dar ou ocasionar prejuízo em nome de interesses privados, alheios, de longe, de outros lugares e que ninguém sabe às vezes direito para que vieram, o que querem aqui e porque agora eventualmente querem continuar apenas lucrando com a empresa pública, que é a Celesc. Estamos aqui a postos também, além de ter a obrigação, merecemos o reconhecimento da sociedade, para defender a Celesc como empresa pública.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Votaram 28 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 28 votos "sim" e nenhum "não".

Está aprovado o PDL n. 0001/2012.

Comunico que irei encerrar esta sessão e convocar outra, extraordinária, para votarmos em segundo turno o PL n. 0002/2012 e, em seguida, encerro a sessão para votarmos as redações finais e continuarmos a Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão.